

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO FIC
– AGENTE DE INCLUSÃO DIGITAL EM
CENTROS PÚBLICOS DE ACESSO À
INTERNET**

MODALIDADE: EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

**EIXO TECNOLÓGICO: INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO**



REITOR

Paulo Henrique Gomes de Lima

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Laura Maria Andrade de Sousa

DIRETOR DE ENSINO TÉCNICO

Márcio Aurélio Carvalho de Moraes

DIRETORA DE POLÍTICAS PEDAGÓGICAS

Oridéia de Sousa Lima

COORDENADORA-GERAL DA REDE E-TEC IFPI

Claudete de Jesus Ferreira da Silva

COORDENADOR-GERAL DA REDE E-TEC IFPI

Allan Kout Lima de França

SUMÁRIO

1. CARACTERÍSTICAS DO CURSO	4
1.1 Identificação	4
2. DADOS GERAIS DO CURSO	5
3. APRESENTAÇÃO	5
4. JUSTIFICATIVA	6
5. OBJETIVOS DO CURSO	8
5.1 Objetivo geral:	8
5.2 Objetivos específicos:	8
6. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	9
7. PÚBLICO-ALVO	9
8. DIFERENCIAIS DO CURSO	9
9. PRÉ-REQUISITOS E MECANISMOS DE ACESSO AO CURSO	9
10. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	10
11. MECANISMOS QUE POSSAM PERMITIR A PERMANÊNCIA, O ÊXITO E A CONTINUIDADE DE ESTUDOS DO DISCENTE	11 11
12. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO CURSO	11
13. MATERIAL DIDÁTICO-PEDAGÓGICO	12
14. PAPEL DOS PROFESSORES MEDIADORES	13
15. MATRIZ CURRICULAR	14
16. EMENTÁRIO	16
17. FINS DE APROVAÇÃO/CERTIFICAÇÃO	20
18. INFRAESTRUTURA	20
19. REFERÊNCIAS	21

1. CARACTERÍSTICAS DO CURSO

1.1 Identificação

DADOS DA INSTITUIÇÃO
RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ
CNPJ: 10.806.496/0001-49
CAMPUS: REITORIA
ENDEREÇO: Avenida Presidente Jânio Quadros, 330, 64053-390, Santa Isabel, Teresina (PI).
TELEFONE: (64) 3611-2200 – SITE: www.ifpi.edu.br

REITOR: Paulo Henrique Gomes de Lima
Campus ou unidade de ensino que dirige: REITORIA
Endereço: Avenida Presidente Jânio Quadros, 330, 64053-390, Santa Isabel, Teresina (PI).
Telefone: (86) 3131-1443– e-mail: reitoria@ifpi.edu.br

PROPONENTE: Laura Maria Andrade de Sousa
Campus ou unidade de ensino que está lotada: Reitoria
Cargo/função: PRÓ-REITORA DE ENSINO
Endereço: Avenida Presidente Jânio Quadros, 330, 64053-390, Santa Isabel, Teresina (PI).
Telefone: (86) 3131-1436 – e-mail: proreitoria.ensino@ifpi.edu.br

2. DADOS GERAIS DO CURSO

Título: Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) – Agente de Inclusão Digital em Centros Públicos de Acesso à Internet

Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação **Modalidade:** EaD

Carga Horária: 200horas

Escolaridade Mínima: Ensino Fundamental II (6º a 9º) - Completo)

Idade Mínima: outros pré-requisitos

Classificação: Formação Inicial e Continuada

Número de vagas: 50

Frequência da oferta: de acordo com o demandante

Periodicidade das aulas: mensal **Número de turmas:** conforme demanda do campus

Turno: flexibilidade conforme autonomia estudantil

Período para realização: mínimo 2 meses e máximo 3 meses

Local: Angical do Piauí, Campo Maior, Cocal, Corrente, Floriano, Parnaíba, Paulistana, Oeiras, Pedro II, Picos, Piripiri, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Teresina, Uruçuí, Valença, José de Freitas, Pio IX

3. APRESENTAÇÃO

O presente documento constitui o projeto pedagógico do Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Agente de Inclusão Digital em Centros Públicos de Acesso à Internet, na modalidade EaD – Educação a Distância. Este projeto pedagógico de curso visa contextualizar e definir diretrizes pedagógicas para o respectivo curso no âmbito do Instituto Federal do Piauí.

Com o objetivo de qualificação para o trabalho alçando assim, melhoria da qualidade de vida da comunidade, proporcionando vivências, habilidades e conhecimentos por meios estratégicos de formação para a autonomia e o exercício crítico da cidadania e da profissionalização.

Baseada nos fundamentos educacionais equânimes e nas bases legais da educação profissional e tecnológica brasileira, explicitadas na LDB nº. 9.394/96 e atualizada pela Lei nº. 11.741/08, e demais resoluções que normatizam a Educação Profissional brasileira, mais especificamente a que se refere à

formação inicial e continuada ou qualificação profissional, formulamos essa proposta curricular.

Com o curso de Formação Inicial e Continuada de **Agente de Inclusão Digital em Centros Públicos de Acesso à Internet**, na modalidade EaD, aspiramos “uma formação que permita a mudança de perspectiva de vida por parte do educando; a compreensão das relações que de estabelecem no mundo do qual ele faz parte; a ampliação de sua leitura de mundo e a participação efetiva nos processos sociais” (BRASIL, 2009, p. 5). Dessa forma, almeja-se propiciar uma formação humana e integral em que o objetivo profissionalizante não tenha uma finalidade em si, nem seja orientado pelos interesses do mercado de trabalho, mas se constitui em uma possibilidade para a construção dos projetos de vida dos estudantes (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2005).

Este documento apresenta, portanto, os pressupostos teóricos, metodológicos e didáticos pedagógicos estruturantes da proposta do curso em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Em todos os elementos estarão explicitados princípios, categorias e conceitos que materializarão o processo de ensino e de aprendizagem destinados a todos os envolvidos nesta práxis pedagógica.

4. JUSTIFICATIVA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI - referência na Educação Profissional no Estado e regiões circunvizinhas tem como missão:

Promover uma educação de excelência, direcionada às demandas sociais, destacando-se como Instituição de referência nacional na formação de indivíduos críticos e éticos, dotados de sólida base científico humanística e comprometidos com intervenções transformadoras na sociedade e com o desenvolvimento sustentável. (IFPI, 2009).

Faz parte da missão do IFPI a preocupação com a formação ética-cidadã e técnica, que permita o desenvolvimento sustentável e a inserção do indivíduo na vida social e produtiva. Desta forma, o IFPI passa a oferecer no âmbito do

Programa Novos Caminhos cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC, na modalidade EaD nos mais diversos eixos tecnológicos.

A oferta de cursos no Eixo Tecnológico **Informação e Comunicação** justifica-se pela possibilidade de qualificação do cidadão para o mundo do trabalho. As oportunidades na economia da região sugerem a presença de profissionais com visão de negócios e capacidades empreendedoras e de liderança.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) prevê no Art. 1º, § 2º que “a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”. Já o Decreto 5.154/2004, que regulamenta o capítulo III da referida lei destaca que:
Os cursos e programas de Formação Inicial e Continuada de trabalhadores, incluídos a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização, em todos os níveis de escolaridade, poderão ser ofertados segundo itinerários formativos, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social. (DECRETO 5.154/04).

De acordo com Diniz (2018), nos últimos anos a inclusão digital passou a ser um indicador importante no quadro de desenvolvimento de qualquer país. A partir da segunda metade dos anos 90, a sociedade brasileira assistiu a uma notável expansão do uso da internet e dos telefones celulares. Inclusão digital é a democratização do acesso às tecnologias da informação, visando a inclusão de todos na sociedade da informação. Contudo, inclusão digital é também simplificar as atividades, maximizar o tempo e as suas potencialidades. Um indivíduo incluído digitalmente é aquele que usa desse suporte para melhorar as suas condições de vida.

Neri (2012) aponta que mais de 20 milhões (o que representa 10% da população brasileira) de brasileiros estariam e continuariam excluídos do acesso aos serviços que a telefonia celular e a Internet podem oferecer - serviços hoje essenciais, incluindo o acesso às crescentes facilidades de governo eletrônico, a integração de escolas e das atividades administrativas dos municípios à Internet, etc. Se incluirmos as áreas empobrecidas das cidades maiores, esse número de condenados à desconexão eleva-se em várias vezes (mesmo que nas áreas urbanas mais desenvolvidas haja grande abrangência da telefonia celular).

Dessa forma, é que Diniz (2018), reforça que é preciso incentivar a inclusão digital como oportunidade de crescimento do conhecimento, de criação

e exposição de ideias inovadoras, além do incentivo à sustentabilidade, comunicação eficiente entre as pessoas, entre tantas outras possibilidades que até hoje são muito mal exploradas. Os brasileiros precisam entender que o computador e a internet são ferramentas capazes de melhorar a qualidade de vida de todos nós, expandindo a visão de mundo e conectando diversas culturas.

Do ponto de vista de Mori (2012) os espaços dos telecentros, providos de computadores e outros equipamentos conectados à internet, consistem em locais privilegiados para a execução de atividades envolvendo as diversas dimensões da cidadania. Nas localidades distantes dos centros urbano se nas periferias urbanas com pouca presença de espaços voltados às políticas públicas, o caráter multifuncional do telecentro muitas vezes se desenvolve espontaneamente. Ele se torna o espaço de encontro para atividades comunitárias de toda natureza.

O Governo do Estado do Piauí (2020) lançou a rede wi-fi Piauí Conect, que levará internet gratuita a 18 espaços públicos de Teresina. A rede é parte do contrato pioneiro de Parceria Público-Privada (PPP) que está melhorando o serviço de internet em órgãos públicos em 98 cidades piauienses, o Piauí Conectado. Cada Ponto de Acesso Público (PAPs) tem capacidade de 40 mbps e estará disponível 24 horas. O projeto visa ofertar sinal gratuito de internet em espaços públicos de 98 cidades piauienses, nos próximos dois anos. Serão aproximadamente 200 PAPs espalhados pelo estado.

5. OBJETIVOS DO CURSO

5.1 Objetivo geral:

Contribuir para o fortalecimento da educação profissional, formando profissionais aptos a desempenhar atividades que envolvam o uso das tecnologias de informação e comunicação – TICs, com autonomia sobre suas práticas profissionais e com capacidade de responder às demandas do seu cotidiano de trabalho.

5.2 Objetivos específicos:

- Diminuir as diferenças culturais e sociais provocadas pela exclusão digital;
- Motivar os participantes com novo aprendizado e com disponibilidade de aplicação desses conhecimentos nas atividades cotidianas;
- Possibilitar o processo de crescimento intra e interpessoal, propiciando compreensão de si mesmo e do seu semelhante, na amplitude de suas limitações e possibilidades, através das diversas formas de relacionamento e sua aplicação diante das novas tecnologias.
- Democratizar o acesso à internet.
- Fomentar o empreendedorismo digital, economia criativa, desenvolvimento de conteúdos e a construção de ambientes de colaboração em redes abertas.

6. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

Orienta usuários dos telecentros para o uso democrático e gratuito das tecnologias de informação e comunicação (TIC), dos serviços de governo eletrônico e facilita a produção de conhecimento com o uso das TIC. Capacita o usuário a manusear as ferramentas de pesquisa e nos processos de participação em redes sociais para o desenvolvimento econômico, social, pessoal e da cidadania. Informa sobre as normas e políticas de segurança da informação e respeito à propriedade intelectual.

7. PÚBLICO-ALVO

O curso de Agente de Inclusão Digital em Centros Públicos de Acesso à Internet, na modalidade EaD, é destinado a estudantes e aos jovens e adultos trabalhadores que tenham Ensino Fundamental II (6º a 9º) - Completo).

8. DIFERENCIAIS DO CURSO

Um diferencial do curso é a proposta didático-metodológica que é centrada na participação de quem aprende, valorizando suas experiências e expectativas para o mundo do trabalho, procurando focar o indivíduo como pessoa, observando-se todas as áreas da aprendizagem e individualizando o processo ao máximo, para que todos possam participar por meio do ensino à distância.

9. PRÉ-REQUISITOS E MECANISMOS DE ACESSO AO CURSO

O curso FIC de Agente de Inclusão Digital em Centros Públicos de Acesso à Internet, na modalidade EaD, é destinado a estudantes e trabalhadores que tenham escolaridade mínima, Ensino Fundamental II (6º a 9º) - Completo). O acesso ao curso será por meio de edital simplificado de chamada pública.

10. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem ultrapassa a perspectiva da aplicação de provas e testes para assumir uma prática diagnóstica e processual com ênfase nos aspectos qualitativos. E, como um processo contínuo e cumulativo, assume as funções diagnóstica, formativa e somativa, de forma integrada ao processo ensino e aprendizagem.

Essas funções devem ser observadas como princípios orientadores para a tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades dos estudantes. Nessa perspectiva, a avaliação deve funcionar como instrumento colaborador na verificação da aprendizagem, levando em consideração o predomínio dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Quando realizada durante o processo, ela tem por objetivo informar ao professor e aos estudantes os avanços, as dificuldades e possibilitar a ambos a reflexão sobre a eficiência do processo educativo, possibilitando os ajustes necessários para o alcance dos melhores resultados. Durante o processo

educativo, é conveniente que o professor esteja atento à participação efetiva do aluno através da observação da assiduidade, pontualidade, envolvimento nos trabalhos e discussões.

Os recursos didáticos utilizados no processo ensino-aprendizagem devem atender aos cinco critérios a seguir: (a) Adequação do conteúdo: o aprendizado os recursos devem estar altamente relacionados aos objetivos e conteúdos de aprendizagem, bem como interessantes ou necessários resolver problemas para estudantes; (b) Adequação da dificuldade: o conteúdo deve ser moderado em dificuldade e escala, para que os alunos evitem sobrecarga cognitiva; (c) Adequação da estrutura: a estrutura da aprendizagem o conteúdo é conciso e racional, o que não deixará os alunos "confusos"; (d) Adequação da mídia: a mídia deve ser apresentada de maneira aceitável, para não causar fadiga visual, principalmente para os mais jovens. estudantes; e (e) Adequação da organização de recursos: diferentes tipos de recursos de aprendizagem podem ser efetivamente organizados, como vídeo, animação, texto, materiais didáticos eletrônicos, experimentos virtuais etc., a fim de deixe o layout claro e o conteúdo adequado, e os alunos não ficarão confusos.

Dessa forma, os instrumentos avaliativos devem ser considerados como indicadores da aquisição de conhecimentos e do desenvolvimento de habilidades e competências. Ressalta-se a importância de se expor e discutir os mesmos com os estudantes no início de cada unidade didática/disciplina.

No desenvolvimento do curso, a avaliação do desempenho escolar será feita por componente curricular (podendo integrar mais de um componente), considerando aspectos de assiduidade e aproveitamento.

A assiduidade diz respeito à frequência diária às aulas remotas e aos trabalhos escolares. A mesma será registrada diariamente pelo professor, no sistema acadêmico.

O aproveitamento escolar será avaliado através de acompanhamento contínuo e processual do estudante, com vista aos resultados alcançados por ele nas atividades avaliativas.

11. MECANISMOS QUE POSSAM PERMITIR A PERMANÊNCIA, O ÊXITO E A CONTINUIDADE DE ESTUDOS DO DISCENTE

Visando garantir a permanência e o êxito escolar, aos alunos que apresentarem dificuldade de aprendizagem será disponibilizado, pelos professores formadores e professores mediadores a distância, apoio pedagógico. Incentivar-se-á a montagem de grupos de estudos a fim de minimizar as dificuldades individuais encontradas no decorrer do processo de aprendizagem.

Caberá ao docente informar ao serviço pedagógico a relação de alunos infrequentes. Esses dados contribuirão para que a equipe promova estratégias preventivas e de reintegração dos ausentes. Vale ressaltar que durante todo o curso, os alunos serão motivados a prosseguir seus estudos por meio dos demais cursos ofertados pelo instituto.

12. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO CURSO

O curso será ministrado por professores formadores aprovados em processo seletivo, que utilizarão diversas estratégias de ensino com o intuito de criar condições favoráveis para garantir o aprendizado dos alunos. Nesse processo de mediação do conhecimento, os docentes, de acordo com o perfil da turma, conteúdo programático e objetivo a ser alcançado na aula, poderão escolher ou utilizar, simultaneamente, diversos procedimentos.

13. MATERIAL DIDÁTICO-PEDAGÓGICO

A metodologia está apoiada na utilização de múltiplos meios (mídias) para o alcance dos objetivos educacionais propostos. Cada mídia tem sua especificidade e pode contribuir para atingir determinados níveis de aprendizagem com maior grau de facilidade e atender à diversidade e heterogeneidade do público-alvo. A interligação de computadores em rede possibilita a formação de um ambiente virtual de ensino e aprendizagem (AVEA

Moodle), permitindo a integração dos conteúdos disponíveis em outras mídias, além de permitir a interatividade, a formação de grupos de estudo, a produção colaborativa e a comunicação entre professor e estudantes e destes entre si.

Para cumprir a carga horária do curso, o estudante não precisará ir ao Polo de Apoio Presencial, a fim de participar dos encontros que serão realizados semanalmente, bem como realizar avaliações, estudos e atividades previstas no material Online e no AVEA de cada componente curricular, visando garantir o desenvolvimento das qualificações (saberes, habilidades e valores / atitudes) preconizadas pelas diretrizes curriculares do curso. Os encontros presenciais acontecerão, por meio do Google Meet, enquanto durar a pandemia do Covid-19. Durante os encontros, os professores mediadores deverão desenvolver a oralidade dos estudantes por meio de atividades práticas que promovam a interação oral entre estudante e professor, estudante-estudante, auxiliar no desenvolvimento da autonomia do estudante, bem como orientar os estudantes visando a ajudá-los a superar as dificuldades de aprendizagem dos conteúdos, inserção no curso, organização do tempo de estudo, atividades de estudo programadas etc.

O conteúdo audiovisual utilizado no curso está relacionado com o ambiente virtual, permitindo a expansão e o detalhamento dos conceitos abordados. A integração das mídias é realizada com o uso do AVEA Moodle, utilizando as plataformas Google Classroom, Google Drive e Google Meet, as quais permitirão o armazenamento, a administração e a disponibilização de conteúdos no formato web. Dentre esses, destacam-se: vídeos, objetos de aprendizagem, fóruns, salas de bate-papo, conexões a materiais externos e atividades interativas.

Os encontros presenciais, se forem imprescindíveis nesse momento delicado de pandemia pela Covid-19, terão metodologias específicas.

As avaliações ocorrerão nos polos por meio de provas presenciais realizadas na mesma data e horário para todos os estudantes. A aplicação dessas avaliações será realizada pelos professores formadores presenciais, agendadas previamente com os alunos, evitando-se aglomerações, caso seja necessário.

14. PAPEL DOS PROFESSORES FORMADORES

No desenvolvimento do Curso FIC em Agente de Inclusão Digital em Centros Públicos de Acesso à Internet, utilizar-se-ão as formas de comunicação descritas nas estratégias pedagógicas voltadas para o compartilhamento de conhecimentos. Esses recursos de comunicação serão mecanismos de mediação entre estudantes e professores por meio da plataforma. Sendo assim, o Instituto Federal do Piauí organizou um sistema de ensino e aprendizagem que consiste em uma infraestrutura de comunicação, espaços físicos e tecnológicos que servem de suporte para a interação entre estudante-estudante, estudante-professor a distância, estudante-professor formador, bem como o acompanhamento do coordenador do curso às atividades que terão que ser desenvolvidas. O objetivo dessa organização é trabalhar para que os estudantes sejam acompanhados e orientados no desenvolvimento do seu curso por profissionais preparados para motivá-los nos seus estudos, auxiliando-os no processo de aquisição de autonomia para a construção de sua própria aprendizagem.

A Diretoria de Ensino Técnico-PROEN e a Coordenação-Geral da Rede e-tec deve acompanhar todo o processo desenvolvido pelo professor formador à distância e, também, acompanhar o desenvolvimento das atividades virtuais e os momentos de encontro presencial.

O professor formador a distância também é o responsável pelo planejamento e elaboração do material didático das unidades curriculares do curso que compreende o estudo a distância e o encontro presencial, de forma que também deverá orientar o aluno em suas atividades didáticas por meio de roteiro previamente elaborado. O estudante também recebe um roteiro prévio para orientá-lo a respeito dos conteúdos que devem ser estudados previamente e sobre as atividades que deverão ser realizadas. O professor formador, além do atendimento presencial, irá atender estudantes também no AVEA para o estudo dos conteúdos. Poderá usar diversas ferramentas.

Caso o estudante sinta dificuldade ou não consiga realizar alguma atividade, ele deverá entrar em contato com o professor formador ou o coordenador do curso de modo que este providencie o auxílio necessário para que consiga avançar nos estudos. Os materiais estão disponíveis para acesso,

via internet, no AVEA, por meio da plataforma Google Suite, onde serão acrescentadas outras atividades e materiais propostos pelo professor formador. O AVEA cumprirá a função de canal de comunicação entre os professores formadores e os estudantes. Nele, serão centralizadas as ações que irão apoiar o aprendizado do estudante: dúvidas, indicações de materiais complementares, adequação dos conteúdos ao contexto específico dos estudantes, atividades complementares, entre outros.

15. MATRIZ CURRICULAR

A organização curricular consolidada no Projeto Pedagógico de Curso obedece ao disposto na Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996; na Lei nº. 11.892, de 29/12/2004, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os artigos 39 a 41 da LDB, que tratam da Educação Profissional; na Resolução nº. 02, de 30 de janeiro de 2012 que define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e na Resolução nº. 06, de 20 de setembro de 2012 que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, que estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos; no Decreto nº. 5.154, de 23 de julho de 2004; no Decreto nº. 8268, de 18 de junho de 2014; Resolução nº. 13.005 PNE, de 25 de junho de 2014, Guia Pronatec de Cursos FIC e legislação complementar expedida pelos órgãos competentes.

O Curso FIC em Agente de Inclusão Digital em Centros Públicos de Acesso à Internet, modalidade EaD, possui uma carga horária total de 200 h/aula e os conteúdos das unidades curriculares serão apresentados nas ementas juntamente com a bibliografia básica. A proposta curricular da disciplina será modular, estabelecendo um prazo de duração e execução, através das plataformas já citadas.

A matriz curricular é composta de uma unidade curricular introdutória, voltada à familiarização do estudante com as metodologias e recursos da Educação a Distância, e de unidades curriculares da formação específica voltadas à formação inicial do indivíduo. As avaliações deverão ser formuladas pelos professores formadores, com base nas situações comunicativas, que direcionaram o desenvolvimento dos conteúdos e das atividades.

O quadro abaixo descreve a matriz curricular do curso e, a seguir são apresentadas as ementas.

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Ambientação em EaD	12h
Noções de Administração Pública	12h
Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC I	40h
Inclusão Social e Inclusão Digital	24h
Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC II	40h
Governo Eletrônico - e-Gov	12h
Gestão de Telecentros	16h
Comunicação e Redes Sociais	12h
Gestão de Projetos e Empreendedorismo	16h
Elaboração de Projeto Comunitário	16h
Total	200h

16. EMENTÁRIO

Unidade curricular: Ambientação em EaD	Carga horária: 12h
<p>Ementa: Utilização e importância do material didático na educação a distância, acesso ao AVEA e suas funcionalidades. Metodologias de estudo baseadas nos princípios de autonomia, interação e cooperação.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>BELLONI, M. L. Educação a Distância. 5. Ed. Campinas Autores Associados, 2008.</p> <p>LIMA, A. Fundamentos e Práticas na EaD. Natal: UFRN, 2010.</p> <p>MORAES, R. C. Educação a Distância e Ensino Superior: Introdução didática a um tema polêmico. 5. Ed. São Paulo: Senac, 2010.</p> <p>SILVA, R. S. Moodle para autores e tutores. São Paulo: Novatec, 2010.</p> <p>SILVA, Marco Antonio da; SANTOS, Edmea. Avaliação da aprendizagem em educação online. Loyola, 2006.</p>	

SILVA, Marco. **Sala de aula interativa**. Rio de Janeiro: Quarteto, 2006.

Unidade curricular: Noções de Administração Pública	Carga horária: 12h
--	---------------------------

Ementa: Histórico da Administração Pública. Poderes e deveres dos Administradores Públicos. Estrutura da Administração Pública no Brasil. A transparência na gestão pública democrática. Formas de prestação dos serviços públicos. Agentes Públicos.

Bibliografia Básica:

RESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Administração pública gerencial: estratégia e estrutura para um novo estado**. Brasília: Enap, 1996.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

SANTOS, Clézio Saldanha dos. **Introdução à Gestão Pública**. São Paulo: Saraiva, 2006. Seminário Balanço da Reforma do Estado no Brasil (2002: Brasília, DF).

Unidade curricular: Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC I	Carga horária: 40h
<p>Ementa: Conhecimentos básicos da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e sua aplicação no cotidiano. Como usar TIC em benefício da população. Fundamentos da TIC: hardware e seus dispositivos periféricos; software e seus recursos; sistemas de telecomunicações. Principais componentes de um computador, suas funcionalidades e aplicações. Utilização correta do equipamento. Uso da Internet - navegação e e-mail.</p> <p>Bibliografia Básica: BORGES K. N. R. LibreOffice para leigos: facilitando a vida no escritório. 2 ed., 2016. JÚNIOR, Hélio Engholm. Computação em nuvem com o Office 365. Novatec, 2015.</p>	

Unidade curricular: Inclusão Social e Inclusão Digital	Carga horária: 24h
<p>Ementa: Noções de inclusão social e direitos humanos. Elementos constitutivos do sistema de exclusão/inclusão social: as pessoas, as instituições sociais. Desigualdade social e diversidade. Projetos de Inclusão Digital: o que é um Telecentro comunitário e quais os serviços disponibilizados ao público-alvo. O que é um Agente de Inclusão Digital e seu papel na comunidade.</p> <p>Bibliografia Básica: DEMO, Pedro. Inclusão digital-cada vez mais no centro da inclusão social. Inclusão social, v. 1, n. 1, 2005. DIAS, Lia Ribeiro. Inclusão digital como fator de inclusão social. Inclusão digital, 2011 ALONSO, Luiza Beth Nunes; FERNEDA, Edilson; SANTANA, Gislane Pereira. Inclusão digital e inclusão social: contribuições teóricas e metodológicas. Barbarói, p. 154-177, 2010..</p>	

Unidade curricular: Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC II	Carga horária: 40h
<p>Ementa: Pacote Office e suas funcionalidades. Utilização das ferramentas essenciais das TIC nos Telecentros.</p> <p>Bibliografia Básica: BORGES K. N. R. LibreOffice para leigos: facilitando a vida no escritório. 2 ed., 2016. JÚNIOR, Hélio Engholm. Computação em nuvem com o Office 365. Novatec, 2015</p>	

Unidade curricular: Governo Eletrônico - e-Gov	Carga horária: 12h
<p>Ementa: O que é o e-Gov e sua importância na administração pública. Apresentação e utilização das principais ferramentas de e-Gov à disposição do município e dos cidadãos.</p> <p>Bibliografia Básica: AGUNE, R.; CARLOS, J. Governo eletrônico e novos processos de trabalho. In: LEVY, E.; DRAGO, P. (Orgs.). Gestão pública no Brasil contemporâneo. São Paulo: Fundap, 2005. BARBOSA FILHO, D. F. Governo eletrônico – uma nova forma de gestão da administração pública para o século XXI. Rio de Janeiro: Coppe/UFRJ, 2000. v. 3 BRASIL. Proposta de política de governo eletrônico para o Poder Executivo federal. Grupo de trabalho “novas formas eletrônicas de interação”. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2000.</p>	

Unidade curricular: Gestão de Telecentros	Carga horária: 16h
<p>Ementa: Planejamento e organização das atividades em um Telecentro. Atendimento aos usuários. Manutenção das instalações e dos equipamentos. Suprimento de materiais.</p> <p>Bibliografia Básica: HEXSEL, Roberto André. Propostas de ações de governo para incentivar o uso de software livre. Curitiba: UFPR 2002. Relatório Técnico RT-DINF 004/2002. Disponível em: <http://www.inf.ufpr.br/~roberto>. Acesso em: 31 mai. 2004 DARELLI, Lúcio Eduardo. Telecentro como instrumento de inclusão digital para</p>	

o e-gov brasileiro. Florianópolis: Telesc, 2003.

Unidade curricular: Comunicação e Redes Sociais

Carga horária: 12h

Ementa: Ferramentas de comunicação e sua importância na Administração Pública. As redes sociais como mecanismos de facilitação das conexões e da interação entre as pessoas. A interatividade por meio das redes sociais.

Bibliografia Básica:

GROSSI, Márcia Gorett Ribeiro et al. **A utilização das tecnologias digitais de informação e comunicação nas redes sociais pelos universitários brasileiros.** Texto Digital, v. 10, n. 1, p. 4-23, 2014.

HUNT, Tara; CALLARI, ALEXANDRE. **O poder das redes sociais.** Editora Gente Liv e Edit Ltd, 2010.

VERGILI, Rafael. **Relações públicas, mercado e redes sociais.** Summus Editorial, 2014.

CIRIBELI, João Paulo; PAIVA, Victor Hugo Pereira. Redes e mídias sociais na internet: realidades e perspectivas de um mundo conectado. Revista Mediação, v. 13, n. 12, 2011.

Unidade curricular: Gestão de Projetos e Empreendedorismo

Carga horária: 16h

Ementa: Conceitos essenciais da gestão de projetos. Escopo, prazo e custo. Planejamento, execução, monitoramento e avaliação. Uso das redes sociais e mecanismos de empreendedorismo por meio da internet.

Bibliografia Básica:

JULIO, Luciana Reis; PISCOPO, Marcos Roberto. **Maturidade** em Gestão de Projetos e Empreendedorismo Estratégico em Empresas do Setor Financeiro. Revista Gestão & Tecnologia, v. 13, n. 3, p. 178-208, 2013.

SABBAG, Paulo Yazigi. **Gerenciamento de projetos e empreendedorismo.** Editora Saraiva, 2017.

Unidade curricular: Elaboração de Projeto Comunitário

Carga horária: 16h

Ementa: Elaboração de projeto visando auxiliar a vida da comunidade, com a utilização dos recursos da tecnologia da informação e das comunicações. Pode o projeto focar a melhoria e a divulgação dos serviços públicos, a integração da

comunidade ou mecanismos de empreendedorismo digital, entre outros. Ex: Blogs, redes sociais, aplicativos, ações sociais etc.

Bibliografia Básica:

BERTHO, Helena; TENÓRIO, Fernando Guilherme; DE CARVALHO, Helenice Feijó. **Elaboração de projetos comunitários**: uma abordagem prática. Edicoes Loyola, 1998.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Avaliação de projetos comunitários**: uma abordagem prática. Edicoes Loyola, 1995.

17. FINS DE APROVAÇÃO/CERTIFICAÇÃO

O aluno será considerado apto à qualificação e certificado desde que tenha aproveitamento mínimo de 70% (setenta por cento) e frequência maior ou igual a 75% (setenta e cinco por cento).

Após conclusão do curso, o estudante receberá o certificado de Qualificação Profissional em **Agente de Inclusão Digital em Centros Públicos de Acesso à Internet EaD**, do eixo tecnológico: **Informação e Comunicação**, carga horária: **200 horas**.

18. INFRAESTRUTURA

As instalações disponíveis para o curso deverão conter: sala de aula com carteiras individuais para cada aluno nos momentos presenciais, biblioteca, datashow e banheiro masculino e feminino e laboratório de informática, para os alunos.

A biblioteca deverá estar equipada com o acervo bibliográfico necessário para a formação integral e específica do aluno e contemplando materiais necessários para a prática dos componentes curriculares, porém, a Educação a Distância possibilita a utilização de suportes de informação independentes da infraestrutura física, sendo veiculados por diversos meios de comunicação e com horários organizados com maior flexibilidade de local, horários e acesso sem a frequência diária em sala de aula.

O estudante é gestor do seu tempo e de seus estudos, mediante recursos tecnológicos como ferramentas de aprendizagem e metodologias de ensino que possibilitarão a interatividade e a cooperação entre o aluno e o professor.

19. REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Institui as Diretrizes e Base para a Educação Nacional. <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-1/leis-ordinarias/legislacao1/leis-ordinarias/1996>>. Acesso em 15 de março de 2011.

_____. Lei nº. 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília/DF: 2008.

_____. Decreto nº. 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília/DF: 2004.

_____. Presidência da República. Decreto Federal nº. 5.840 de 13 de julho de 2006. Institui o PROEJA no Território Nacional. Brasília: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-1/decretos1/decretos1/2006>>. Acesso em 15 de março de 2011.

_____. Presidência da República. Regulamentação da Educação à Distância. Decreto Federal nº. 5.622 de 19 de dezembro de 2005. <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-1/decretos1/decretos1/2005>>. Acesso em 15 de março de 2011.

IFRN/Instituto Federal do Rio Grande do Norte. Projeto Político-Pedagógico do IFRN: uma construção coletiva. Disponível em: <<http://www.ifrn.edu.br/>>. Natal/RN: IFRN, 2012.

_____. Organização Didática do IFRN. Disponível em: <<http://www.ifrn.edu.br/>>. Natal/RN: IFRN, 2012.

MTE/Ministério do Trabalho e Emprego. Classificação Brasileira de Ocupações. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/home.jsf>>. Acesso em: 22 fev. 2012.

SETEC/Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. PROEJA – Formação Inicial e Continuada/ Ensino Fundamental – Documento Base – Brasília: SETEC/MEC, agosto de 2007.

_____. Documento Orientador para PROEJAFIC em Prisões Federais. Ofício Circular nº. 115/2010 – DPEPT/SETEC/MEC. Brasília, 24 de agosto de 2010.

_____. Guia de Cursos FIC. Disponível em: <<http://pronatecportal.mec.gov.br/arquivos/guia.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2012.

MORI, Cristina Kiomi. Políticas públicas para inclusão digital no Brasil: aspectos institucionais e efetividade em iniciativas federais de disseminação de telecentros no período 2000-2010. 2011.

NERI, Marcelo Cortes. Mapa da inclusão digital. 2012.